



O Syllabario Escolar de Miguel Maria Jardim e a doutrina mnemonizada para o aprendizado da leitura (1878)

The Miguel Maria Jardim's *Syllabario Escolar* and the mnemonic doctrine for learning to read (1878)

El *Sillabario Escolar* de Miguel Maria Jardim y la doctrina mnemonizada para aprender a leer (1878)

Claudia Panizzolo
Universidade Federal de São Paulo (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-3693-0165>
<http://lattes.cnpq.br/7842950333039932>
claudia.panizzolo@unifesp.br

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar a produção, a materialidade e a circulação de um silabário ainda pouco conhecido, denominado *Syllabario Escolar*, produzido por Miguel Maria Jardim, nascido em Portugal em 1841 e naturalizado brasileiro em 1877. Formado pela Escola Normal de Niterói, atuou como professor, delegado literário, no comércio de livros, colaborador na imprensa fluminense e autor de livros. O *Syllabario Escolar*, com 64 páginas, apresenta de modo sequencial as sílabas a serem aprendidas, sem lições separadas. A obra foi publicada em 1878 pela Imprensa Industrial, no Rio de Janeiro. Ancorado nas contribuições da História Cultural e tendo como fonte central o silabário, entrecruzado com as notícias publicadas em jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, busca-se problematizar o silabário em relação às discussões de sua época, bem como seu autor.

Palavras-chave: Silabário; Ensino da leitura; Século XIX.

Abstract

The objective of this article is to analyze the production, materiality, and circulation of a still little-known syllabary titled *Syllabario Escolar*, created by Miguel Maria Jardim, born in Portugal in 1841 and naturalized as a Brazilian citizen in 1877. A graduate of the Escola Normal de Niterói, Jardim worked as a teacher, literary delegate, bookseller, press collaborator in Rio de Janeiro, and author of educational books. The *Syllabario Escolar*, consisting of 64 pages, presents syllables sequentially, without being divided into separate lessons. The work was published in 1878 by Imprensa Industrial, in Rio de Janeiro. Anchored in the contributions of Cultural History and using the syllabary as its central source, cross-referenced with newspaper articles available in the Digital Hemeroteca of the National Library of Brazil, this study aims to examine the *Syllabario* considering the debates of its time, as well as the trajectory of its author.

Keywords: Syllabary; Reading instruction; 19th century.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la producción, materialidad y circulación de un silabario aún poco conocido, denominado *Syllabario Escolar*, producido por Miguel Maria Jardim, nacido en Portugal en 1841 y naturalizado brasileño en 1877. Graduado en la Escuela Normal de Niterói, se desempeñó como docente, delegado literario, en el comercio del libro, colaborador de la prensa de Río de Janeiro y autor de libros. El *Syllabario Escolar*, con 64 páginas, presenta las sílabas a aprender de forma secuencial, sin lecciones separadas. La obra fue publicada en 1878 por la Imprensa Industrial, en Río de Janeiro. Anclado en los aportes de la Historia Cultural y teniendo el silabario como fuente central, entrelazado con noticias publicadas en periódicos disponibles en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional, se busca problematizar el silabario en relación con las discusiones de su época, así como de su autor.

Palabras clave: Silabario; Enseñanza de la lectura; Siglo XIX.

Introdução

O século XIX foi marcado por várias iniciativas do Império para organizar a educação na Corte e nas Províncias. Em 1827, foi instituída uma lei geral para regular a educação nacional, e em 1834, o Império passou para as Províncias a administração legal e pedagógica das escolas. Inicialmente a leitura para as escolas de primeiras letras apresentava nitidamente cunho religioso, o que, segundo Tambara (2003) decorreu da orientação jurídico-institucional do sistema político do Império brasileiro associado à doutrina religiosa católica, como, por exemplo, a Lei promulgada em 1827:

Artigo 6º: Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de Aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a Gramática da Língua Nacional e os princípios da Moral Cristã, e da Doutrina da Religião Católica e Apostólica Romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império, e a História do Brasil (Brasil, Lei de 15 de outubro de 1827).

O Poder Executivo procurava modelar, tanto nos regulamentos do ensino primário quanto nos manuais escolares, mecanismos de controle do processo de leitura nas escolas, submetendo-os a veementes processos de censura doutrinária e propondo um sistema de leitura que buscava unir o ato de ler e escrever à fé católica e à obediência ao Estado (Tambara, 2003).

Nas últimas três décadas do século XIX, um caldo de cultura rebelde ao Império se intensifica, a partir, sobretudo, da Academia de Direito de São Paulo, e a educação, antes território ocupado pelo centralismo imperial e pelos poderes da Igreja Católica, converteu-se em campo de fortes disputas ideológicas e lutas pela hegemonia entre os diversos grupos que almejavam a consolidação de seu poder (Panizzolo, 2006).

Desta forma, novos materiais de leitura começaram a circular no Brasil, propondo diferentes formatos de aprendizagem. Muitos foram os artefatos produzidos e usados no Brasil entre os séculos XIX e XX para ensino da leitura: tábuas, tabelas, cartas de sílabas, abecedários, cartas de ABC e silabários, denominações muitas vezes usadas como sinônimos ou indicando um material similar. Nesse sentido, tábuas e tabelas aparecem muitas vezes como sendo o mesmo material ou tendo o mesmo uso, da mesma forma as cartas de sílabas, as cartas de ABC, os abecedários e os silabários podem designar folhas soltas, muitas vezes cartonadas ou pequenos livros impressos, cuja finalidade era ensinar a ler pela soletração. Embora os nomes pareçam, algumas vezes, designar o mesmo material, insistimos em uma busca, ainda que sutil, por diferenças, e o fazemos revisitando dois importantes textos para a história da alfabetização, o de Frade (2010) e o de Vojniak (2014).

De acordo com Frade (2010), no texto *Uma genealogia dos impressos para o ensino da escrita no Brasil no século XIX*, as tábuas e tabelas eram utilizadas para o ensino da leitura e da escrita, sobretudo, para a institucionalização do método monitorial mútuo, também denominado lancasteriano, nas primeiras décadas do século XIX. As tábuas ou tabelas deveriam “estar à altura dos olhos de uma classe, que, organizada em grandes bancos” (p. 267), para assim olhar atentamente para os comandos do aluno monitor, “que vai mostrando letras, nomeando-as e pedindo sua reprodução em caixas de areia: estamos, então, entre uma leitura permanente e uma escrita efêmera” (p.267).

Em texto intitulado *O império das primeiras letras: epítome de uma história de cartilhas de alfabetização no século XIX*, Vojniak (2014) esclarece que ao longo do século XIX, os que se dedicavam a ensinar a ler e escrever, dispunham de certa variedade de

impressos como, por exemplo, as cartas de alfabetos, “que eram folhetos organizados, na maioria dos casos, com diversas formas de letras estampadas – capitais, minúsculas, de fôrma (redonda) e cursivas” (p. 29), e que vinham acompanhadas de “combinações de sílabas e palavras aparentemente simples ou nomes de pessoas” (p. 29). Esse material impresso em poucas páginas, geralmente *in folio* recorria mais ao apelo visual do que aos discursos moralizantes.

Os abecedários e os abecedários ilustrados são apresentados por Frade (2010) como “livros de imagens que pretendem provocar nas crianças pequenas o gosto por aprender a ler” (p. 274), embora a sequência seja de A a Z, “podem ser consultados em qualquer ordem, de forma não linear, como um livro de imagem” (p.274) que sendo conhecidas, podem ser ensinadas sem sequência pré-estabelecida.

Com relação às Cartas de ABC, Frade (2010) afirma que podem “apresentar apenas o alfabeto, o quadro de sílabas e textos laicos” (p.275), provavelmente de circulação doméstica, “esses materiais tinham estrutura previsível e conteúdo permanente e se os procedimentos de uso são tipificados” (p.276), podem ter sido favorecidos por meio de sua transmissão fora do ambiente escolar.

Sobre silabário, Frade (2010) adverte que podem ser vários os sentidos atribuídos: “(i) um tipo de livro; (ii) uma tabela ou um conjunto de tabelas com séries silábicas variadas, apresentadas no interior das páginas de um livro; (iii) um método para alfabetizar” (p. 276); enfim, um livro para ensinar a ler.

Este artigo pretende apresentar e discutir a produção, a materialidade e a circulação de um silabário ainda pouco conhecido, denominado *Syllabario Escolar*, produzido por Miguel Maria Jardim, nascido em Portugal em 1841 e naturalizado brasileiro em 1877. Formado pela Escola Normal de Niterói, atuou como professor, delegado literário, no comércio de livros, colaborador na imprensa fluminense e autor de livros.

Toma-se como fonte e objeto o *Syllabario Escolar* publicado em 1878 pela Imprensa Industrial, no Rio de Janeiro, localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, e analisado a partir do entrecruzamento com as notícias publicadas em jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Os silabários são compreendidos como fontes privilegiadas para a História da Educação por situarem-se no cruzamento entre as prescrições impostas pelos programas oficiais e os discursos singulares dos professores. Chartier (2004), ao se referir ao papel da leitura na vida das sociedades, afirma que a edição e a circulação de livros e a sua leitura colocaram em ação, a partir de uma matriz societária, um conjunto de disposições voltadas à imitação e ao aprendizado. Cabe ainda esclarecer que a análise realizada neste artigo se ancora no fértil diálogo entre a História Cultural (Chartier, 1996, 1998, 2004) e a História da Educação (Choppin, 2002).

O texto está organizado em três seções, além da Introdução e das Considerações Finais. Na primeira, busca-se apresentar o professor Miguel Maria Jardim, sua formação e trajetória no magistério público fluminense; na segunda a produção de livros e as estratégias de divulgação do autor; na terceira, empreende-se um estudo sobre a materialidade e os conteúdos da obra estudada e, por fim, algumas considerações sobre a adoção do *Syllabario*.

O professor Miguel Maria Jardim: formação e trajetória no magistério público fluminense

Miguel Maria Jardim nasceu em dois de dezembro de 1841, na ilha Graciosa, no Arquipélago de Açores, território de Portugal. Em verbete intitulado “Miguel Maria Jardim (1841-1925)” do *Dicionário de autoras(es) de cartilhas e livros de leitura no Brasil [Século XIX]* Silva e Oliveira (2023) apresentam dados importantes da vida do autor. Filho do casal João Goncalves Jardim e Agueda Victorina Jardim, iniciou seus

estudos “em educação literária em sua terra natal” (p.736) sem, no entanto, concluir devido a mudança para o Brasil.

Maria Jardim naturalizou-se cidadão brasileiro por meio das “Cartas Imperiais” publicadas em 1865, fato noticiado no *Diário do Rio de Janeiro* - RJ (02/05/1865, p. 1). De acordo com Silva e Oliveira (2023) a naturalização permitiu a Jardim as condições necessárias para que desse continuidade aos estudos na Escola Normal de Niterói¹, onde obteve certificação para exercer o magistério primário, ou como se dizia à época, a instrução primária.

Além da certificação, o Regulamento de 30 de abril de 1862 da Província do Rio de Janeiro, em seu artigo 27, definia:

Art.27: Só poderão exercer o magistério público os brasileiros de um e outro sexo que provarem ser maiores de 21 anos, qualquer que se seja seu estado civil, ser bem morigerados, professar a religião do Estado e ter a necessária idoneidade física e profissional.

De Maria Jardim, tal como dos demais professores da Província do Rio de Janeiro, esperava-se um determinado padrão de conduta relacionado à moralidade e à religião católica, que deveria ser comprovado por meio de atestado. Castanha e Bittar (2009), no texto “O papel dos professores na formação social brasileira: 1827-1889” em busca de melhor compreensão sobre esta documentação comprobatória, recorrem ao relatório escrito por Justiniano José da Rocha, de 1851, em que afirma: “A prova de moralidade seria o documento por onde constasse nunca ter sofrido acusação infamante, e a certidão do vigário, do inspetor de quarteirão ou dos pais de família de sua vizinhança de que se porta como cidadão pacífico” (*apud* Castanha e Bittar, 2009, p. 61).

A capacidade profissional dos candidatos ao magistério primário deveria ser comprovada por meio de concurso. Essa prática foi estabelecida pela lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 7º, ao definir que, para exercer o cargo de professor, o candidato deveria prestar um exame público perante uma banca composta pelo presidente da província ou nomeado por ele. De acordo com Castanha e Bittar (2009), “a prova teórica versava sobre ditado, leitura, interpretação gramatical, resolução de operações matemáticas, orações, doutrina da religião” (p. 9), dentre outros saberes específicos.

Ainda que não tenha sido noticiada a participação em concurso, em 09 de fevereiro de 1867 foi publicada a nomeação de Miguel Maria Jardim como professor público efetivo da freguesia de *Nossa Senhora da Conceição de Paquequer*, Nova Friburgo (*Diário do Rio de Janeiro*, 09/02/1867, p. 1; *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, de 1867, ed. 0004, p. 231).

Em 1868, o professor Jardim pediu remoção para a *Escola de Ponta da Area*, em Niterói (*Diário do Rio de Janeiro*, 15/12/1868, p. 1). E no ano seguinte, de acordo com o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1869, ed. 0026, p. 53) foi nomeado “professor publico de instrução primaria para a Freguezia de *N. S. da Conceição de Paquequer (Sumidouro)*”.

Em ato publicado em 17 de junho de 1872, foi nomeado professor público da escola em *Carvão*, em Campos (RJ) (*Jornal do Commercio*, 21/06/1872, p.3). E neste mesmo ano, segundo noticiou o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, foi nomeado

¹ A Escola Normal de Niterói, fundada em 1835, foi a primeira instituição destinada à formação de professores seguida nos anos seguintes, pela criação das escolas normais na Bahia (1836), em Minas Gerais (1842), São Paulo (1846), Espírito Santo (1860), Piauí (1864), Rio Grande do Sul (1869), Paraná (1870), Sergipe (1870), Rio Grande do Norte (1873), Ceará (1878), Santa Catarina (1880), Corte (1880), Paraíba (1883), Goiás (1884). A este respeito consultar Martins (2012), no texto *Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro*, no século XIX (Ecar, 2011).

“professor publico de instrucção primaria para a Ponta da Area em Nitheroy” (1872, ed 0029, p. 55). Ainda no mesmo ano mais uma remoção, desta feita de *Area* para *S. Domingos*, ambos em Niterói (Jornal A Instrução Publica: Publicação Hebdomadaria (RJ), 1872, ed 00014, p. 115).

Merecem destaque essas muitas remoções vividas por Jardim, algumas vezes retornando a uma escola onde já havia lecionado. A motivação teria sido a proximidade de sua residência? Ou motivos de funcionamento, tais como, falta de alunos e fechamento de classe e posterior reabertura? Ou ainda a busca por escolas cuja localização e o número de alunos auferisse um salário maior? São várias perguntas para as quais até o momento não foram encontradas respostas.

Ainda no ano de 1872, mais uma novidade na vida profissional de Miguel Maria Jardim: a promoção a professor vitalício (A Patria; Folha da Província do Rio de Janeiro, 23/06/1872, p.2; A Instrução Publica: Publicação Hebdomadaria (RJ), 1872, ed. 00012, p. 95).

De acordo com a Lei Imperial de 1827 e o Regulamento de 1837 da Província do Rio de Janeiro, o professor que fosse aprovado com o conceito² “plenamente aprovado” poderia ser nomeado efetivo-vitalício³. No caso do professor Jardim, o intervalo entre seu ingresso em 1867 e a promoção para professor efetivo-vitalício em 1872, provavelmente tenha se devido a um período probatório instituído na província do Rio de Janeiro pelo Regulamento da Instrução Primária e Secundária na Província do Rio de Janeiro em 14 de dezembro de 1849.

O ano de 1873 apresentou um novo desafio profissional para Jardim, por meio do Decreto n.º 1988, de 12/12/1873, em seu artigo 7 foi estabelecida a criação de uma escola noturna e Miguel Maria Jardim para ela designado mediante gratificação anual de 800\$000 (Diario do Rio de Janeiro, 16/10/1874; Jornal do Commercio, 26/05/1873).

Por meio de um estudo detido em Regulamentos e Relatórios de diferentes províncias, Castanha e Bittar (2009) oferecem dados bastante esclarecedores. Em 1862, na província do Rio de Janeiro, o salário⁴ de um professor primário era em torno de 1:000\$000, e em 1877, em 1:200\$000, portanto, o professor Jardim apresentava uma gratificação anual abaixo da média salarial do período. Se incluirmos dados de outras províncias, como Mato Grosso, no ano de 1858 era de 840\$000, e no Paraná, no ano de 1867, era de 800\$000.

Provavelmente, a explicação para o salário abaixo do esperado (ou almejado pelos professores) deveu-se ao previsto no artigo 3º da lei de 15 de outubro, que definia que os ganhos poderiam variar entre 200\$000 e 500\$000 reis anuais, a depender da localidade da escola e do número de alunos matriculados e frequentado.

No jornal *A Reforma: Órgão Democrático (RJ)*, de 1873 é apresentado o comunicado da Instrução Pública dispensando professores de realização de prova de capacidade profissional

² Os conceitos adotados em concursos públicos eram: ótimo, bom, sofrível ou ainda, plenamente aprovado e simplesmente aprovado.

³ Castanha e Bittar (2009) afirmam que havia um acalorado debate acerca da vitaliciedade, citando o relatório do inspetor de instrução pública da Província do Rio de Janeiro, Josino do Nascimento Silva: “De ordinário o candidato ao professorado ignora, ou sabe mal, as doutrinas em que tem de ser examinado. Logo que se anuncia o concurso, procura um explicador que, nos poucos dias que medeiam entre o anúncio e o ato, toma a seu cargo e promete prepará-lo para comparecer decentemente. A sorte é favorável ao candidato: o exame que faz é sofrível, é aprovado e obtém uma cadeira com o caráter de efetividade. Entra em exercício e descansa: o estudo para ele não é hábito e menos necessidade, por ter já alcançado o que desejava; o mais virá com o tempo. Professores a quem se tem perguntado se se preparam para dirigir as suas classes no dia seguinte, admiram-se que, para ensinar crianças ignorantes, seja necessário esse trabalho. Não há livro que lhes prenda a atenção; se eram ignorantes, quando receberam a nomeação de professor efetivo, mais ignorantes são quando passam a vitalícios” (Província do Rio de Janeiro, *apud* Castanha e Bittar, 2009, p. 46).

⁴ A questão salarial, conforme afirmam Castanha e Bittar (2009) constituiu-se como um problema grave que atravessou o período imperial, e que se fazia presente nos discursos dos vários sujeitos políticos, como os ministros do Império, os deputados gerais e provinciais e os inspetores da Instrução Pública.

para exercer o magistério ou abrir colégio de instrução primária e /ou secundária, e no caso de Miguel Maria Jardim, a autorização para exercer o magistério de instrução primária e ensinar o sistema métrico, sem a realização da prova (A Reforma: Órgão Democrático (RJ), 27/05/1873). Considerando que o referido professor já havia realizado concurso em 1867, essa dispensa, refere-se mais diretamente à abertura de escolas e oferta de aulas.

Em 1875, Miguel Maria Jardim foi considerado professor de 2ª classe (Diário do Rio de Janeiro, 10/08/1875). O que isto quer dizer? É possível que se refira à distinção criada entre as escolas e suas localidades, ou seja, escolas de freguesias e povoados eram denominadas de 1ª classe, escolas em vilas, de 2ª classe e escolas em cidades, de 3ª classe. Esta distinção implicava aumento salarial, sendo o de 1ª classe mais baixo, o de 2º intermediário e o de 3ª classe o mais alto.

No ano de 1876, mais uma mudança na carreira profissional de Jardim, com o fechamento da “escola nocturna situada no bairro de S. Domingos, por ser pouco frequentada e não se achar colocada em lugar onde possa aproveitar á maioria da população de Nitherohy” (Diário do Rio de Janeiro, 20/06/1876, p.2).

Há um silêncio na imprensa sobre novas atribuições do professor Jardim, até que, em abril de 1878, foi tornada pública na imprensa a admoestação que o inspetor recomendou, ser dada pelo inspetor do distrito de Niterói, conforme se lê:

Recommendeu-se ao do 2º districto de Nitheroy que chame a atenção do professor Miguel Maria Jardim para o juízo que fez o inspetor geral, do estado moral dos seus alunos durante a visita. É necessário que elle mantenha na eschola a ordem e a disciplina sem as quaes não haverá progresso; a brandura recomendada pelo regulamento não exclue a energia e esta, empregada com circumspecção e critério porá termo à desordem e indisciplina de crianças sempre fáceis de serem dirigidas (O Cruzeiro, 17/04/1878, p. 4).

Em setembro de 1878, uma nota sobre a sua solicitação de um ano de licença para tratamento de saúde com vencimentos (Jornal do Commercio de 24/09/1878, 27/09/1878); e em seguida notas sobre a concessão da licença (Jornal do Commercio, 15/10/1878, 23/10/1878, 24/10/1878, 31/10/1878, 01/11/1878, 09/11/1878 e 10/11/1878; O Cruzeiro (RJ), 16/11/1878).

Em 1879 o jornal *O Fluminense* anunciou seu retorno: “O distincto professor Miguel Maria Jardim, que se achava na Europa para onde tinha partido, licenciado pelo governo, afim de tratar-se d’um incomodo de saude, ja se acha entre nós” (O Fluminense, 1879, p. 3), e acrescenta seu retorno para a escola do bairro S. Domingos.

Passados alguns meses, a notícia de aposentadoria do professor: “Foi fixado em 538\$330 o vencimento annual do professor jubilado MM J, correspondente a 13 annos, 5 mezes, 15 dias de serviço” (O Fluminense (RJ), 24/12/1880, p. 3). É provável que tenha se aposentado, valendo-se do beneficio assegurado, em Regulamentos da Corte e das Províncias, para que “após sete ou dez annos de serviço, em virtude de problemas de saúde, o professor poderia ser aposentado proporcionalmente” (Castanha e Bittar, 2009, p.47).

Mas a aposentadoria não significou de modo algum o afastamento das questões educacionais. Em 1893, foi convidado para atuar como delegado distrital do município de Niterói (Jornal do Brasil, 01/06/1893), cuja principal função era acompanhar e fiscalizar escolas. A lista com as designações foi publicada no mesmo jornal poucos dias depois, constando os nomes dos professores responsáveis em um total de dez escolas (Jornal do Brasil, 07/06/1893).

Além do exercício do magistério, Jardim desenvolveu atividades de gestão, como a de inspetor e de delegado literário nos distritos escolares da cidade de Niterói, tendo por atribuição “inspecionar as aulas de seu distrito; suspender professores que não seguiam as regras da moral; dar posse aos professores; propor a nomeação e a demissão dos fiscais escolares” (Feitosa; Siqueira Filho, 2019, p.5).

A imprensa noticia a atuação do professor à frente da *Livraria Miguel Maria Jardim* (Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1915, p. 4219). Silva e Oliveira (2023) destacam o local como sendo “de distinta importância para a cidade de Niterói e, por sua vez, espaço de encontro de amigos (p.741)”. Mais um realce para a sua trajetória profissional foi a criação da *Caixa Econômica Escolar*, voltada para a educação financeira nas escolas públicas primárias de Niterói. A iniciativa foi largamente publicizada na imprensa:

Caixa Economica Escolar

O professor da escola publica de S. Domingos em Nitheroy, Miguel Maria Jardim, fundou em sua escola uma caixa econômica escolar. Os fundos d'est caixa escolar montam apenas a 11\$180 quantia sem duvida pequena, mas bastante para introduzir na província do Rio de Janeiro instituição tão útil, como principio de educação econômica, já vantajosamente conhecida na Europa.

Nota o referido professor desconfiança em parte dos depositantes, da caixa escolar filha natural do descostume; mas reconhece ao mesmo tempo que as crianças concorrem de boa vontade, levando muito em conta agradar ao professor.

Às quintas-feiras de cada semana, dia em que se notam as quantias depositadas, o alumno que traz seu vintém para a caixa escolar vem mais alegre para a escola.

Dos 35 alumnos d'essa escola somente 16 são contribuintes da caixa economica escolar. E d'estes 16, apenas 10 possuem cadernetas, por ter a somma das entradas atingido à quantia de 1\$mensais que recebe a caixa econômica da corte, onde são feitos os depósitos logo que chegam a este algarismo.

Dos outros seis contribuintes, o maior tem 200 reis em deposito na caixa escolar e o menos 20 reis (O Cruzeiro, 15/04/1878, p.2).

Em 3 de maio de 1873, o professor Miguel Maria Jardim participou da criação do *Instituto Pedagógico do Rio de Janeiro*, uma sociedade dos professores públicos sediada em Niterói. A diretoria ficou composta por José M. da Veiga Nobrega, como presidente; Alberto Luiz dos Reis, vice-presidente; Miguel Maria Jardim, 1º secretário e Pedro Jorge Vidal, como 2º secretário (Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1883, ed. C00040, p. 425). Em 1879, Jardim ocupava a presidência do Instituto, tendo por vice-presidente o renomado professor Felisberto R. Pereira de Carvalho⁵ (Jornal do Commercio, 30/12/1879).

⁵ A respeito da trajetória profissional de Felisberto de Carvalho consultar Oliveira, Souza (2000); Valdez (2005).

Cabe destacar sua participação em associações. Em 1883 passou a integrar a *Sociedade União Beneficente Nitheroyense* (O Fluminense, 30/03/1883), bem como passou a compor bancas examinadoras, como a do *Collegio Santa Josepha* (O Fluminense, 22/07/1883); da *1ª Escola Pública do sexo masculino do Rio de Janeiro* (O Fluminense, 06/12/1882); da comissão do *Congresso Litterario Guarany* (O Fluminense, 28/01/1883). Foi eleito, em 1896, presidente da *Sociedade Concordia Beneficente Vinte Oito de Abril* (O Paiz, 31/01/1896).

No *Boletim do Grande Oriente do Brasil: Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira* (RJ) foi noticiada a mudança para o grau 32 de M. M. Jardim, bem como sua função de secretário na Loja Acácia–Niterói (ed. 00009, p. 279). Em 1886, foi eleito vereador por Niterói (O Rio de Janeiro, 28/08/1886) e no ano de 1892 candidatou-se ao cargo político de deputado pelo Partido Operário Socialista (O Combate (RJ), 21/04/1892).

A produção de livros e as estratégias de divulgação

O professor Miguel Maria Jardim dedicou-se ainda à produção de livros e materiais para a escola primária pública. Escreveu *Taboada Metrica*⁶ (1872); *Arithmetica Elementar*⁷(1872); *Tabella Metrica Commercial* (1873); *Exercícios de contar adaptados a classe dos principiantes das escolas primarias*⁸ (1879) e; *Cathecismo da Doutrina Christã* (1880) e o *Syllabario Escolar* (1878).

Em 1872, ao publicar *Arithmetica Elementar*, adotou como estratégia de divulgação doar exemplares para diversos jornais, conforme notícia abaixo:

Arithmetica elementar- Com este título acaba de publicar um compendio, que foi approved pela escola normal da província do Rio de Janeiro, o Sr. Professor publico Miguel Maria Jardim. Agradecemos a oferta que nos foi feita de um exemplar do Arithmetica elementar (A Reforma: Orgão Democrático (RJ), 06/11/1872, p.1).

Arithmetica elementar por Miguel Maria Jardim

Obra muito útil aos alunos das escolas primarias; e bem assim- Taboada Metrica- ou Resumo Facilimo do Systema Metrico, Interrogatorio da Doutrina Christã, seguindo o catecismo de diversos autores, vendem-se nesta typographia (A Patria: Folha da Província do Rio de Janeiro (RJ), 30/07/1874).

Da mesma forma divulgou *Taboada Metrica* (1872); *Tabella Metrica Commercial* (1873):

⁶ De acordo com Silva e Oliveira (2023) “Taboada Métrica, era uma espécie de síntese do sistema métrico de pesos e medidas e tinha como objetivo facilitar a compreensão das crianças sobre esse conteúdo matemático[...] Esse livro esteve em circulação ao longo de 1872 a 1880. No total, foram seis edições publicadas. Essa quantidade expressiva, editada ano após ano, indica a aceitabilidade de Taboada Métrica e acentua a importância desse material para a instrução primária do final dos oitocentos. E isso, provavelmente, incentivou Jardim a prosseguir no ramo da produção de impressos para instrução pública” (p.742).

⁷ Arithmetica Elementar é um “compendio didático estruturado nas bases do método sintético para o ensino da matemática na instrução primária brasileira[...]Por mais de duas décadas esteve presente nas escolas primarias da segunda metade do século XIX, contribuindo para o aprendizado da matemática” (Silva e Oliveira, 2023, p.742).

⁸ De acordo com o jornal O Povo (1880) do Rio de Janeiro, Exercícios de contar “é uma coleção de cálculos e problemas fáceis e progressivos para crianças” (01/01/1880, p.1).

Systema métrico- Fomos obsequiados pelo Sr. Miguel Maria Jardim, do Rio de Janeiro, com a sua tabela métrica comercial. É um trabalho conciso, porém muito preciso e utilíssimo para uso das pessoas que se dedicam ao commercio.

Recommendamo-la ao publico e agradecemos o obsequio.
(O Cearense (CE),16/04/1873).

Assim o fez na província do Rio de Janeiro, por meio de jornais de posições ideológicas bastante divergentes, como o jornal *A Reforma: Orgão Democrático* (27/05/1873; 09/11/1873, p. 2) e o jornal *O Conservador: A verdade será sempre o nosso pharol*, (22/12/1879); na província de São Paulo, por meio do jornal *Diario de S. Paulo* (19/02/1873; 30/05/1874); *Gazeta de Campinas*, 27/02/1873); e *Correio Paulistano* (19/02/1873); na província de Santa Catarina com o jornal *O Despertador*(15/04/1873); na província de Minas Gerais, por meio do jornal *Diario de Minas* (18/02/1873).

Além dos livros voltados à matemática, Miguel Maria Jardim publicou *Cathecismo da Doutrina Christã* (1880) apresentado pela imprensa como “um Interrogatório da doutrina christa segundo os catecismos de Fonseca Lima, Associação Catholica, Pinheiro e Montpellier, para recordação de estudos” (A Instrução Publica: Publicação Hebdomadaria (RJ),1872, ed. 00026, p.227), cuja estrutura era similar a um questionário para sistematizar as aprendizagens.

A estratégia de divulgação permanece a mesma, ou seja, a de doação à imprensa, como no caso da província do Espírito Santo, por meio do jornal *O Espírito-Santense* (02/06/1880); da província do Ceará, no jornal *O Cearense* (16/04/1873; 06/08/1880); na província do Maranhão, com o *Diario do Maranhão* (07/06/1884) e *O Paiz* (25/05/1880); na província de São Paulo, por meio do jornal *A constituinte: orgam liberal* (12/05/1880).

Além de produções sobre a matemática, Miguel Maria Jardim publicou *O Syllabario Escolar*, em 1878. Manteve a estratégia de divulgação, doou exemplares para o *Jornal Diario de Pernambuco* (PE), em 26/11/1879, p. 1; 29/01/1879; para a província do Pará, por meio do *Diario de Belem: Folha Política, Noticiosa e Commercial* (PA), 24/04/1879, p. 2; 25/04/1879; 29/04/1879; 30/04/1879.

Um exemplo bastante emblemático é a publicação no jornal *O Dia: órgão do Partido Republicano Catharinense* (1901), em que explicitamente o jornal recomenda a adoção pelo magistério público primário:

O ilustre professor Sr. M. M. Jardim remeteu-nos três interessantes folhetos, destinados ao uso das escolas primarias.

A Arithmetica elementar para o 1º e 2º anno, abrangendo o 1º livro um folheto de 60 páginas, e o 2º um volume de 164 páginas, achando-se definitivamente adoptados pelos Conselhos de Instrução Publica dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Alagoas e Espírito Santo e constitue um livro útil e necessário nas escolas de instrução elementar. Os assumptos são tratados com clareza e propriedade, de modo a facilitar o seu estudo.

O terceiro folheto é um Syllabario escolar, coordenado pelo mesmo illustre professor, segundo os methodos de pedagogia moderna.

Agradecendo a remessa de tão uteis livros, recommendamo-los aos membros do magistério primário catharinense.

(O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (22/09/1901, p. 2).

Uma segunda estratégia também foi adotada por Jardim, o envio de exemplares seguido de solicitação para aprovação naquela determinada província. Assim o fez com o livro *Arithmetica Elementar*, enviado para a Província do Espírito Santo: “pedindo que seja submetido ao Conselho Central de Instrução Publica desta província, para dar parecer a sua obra de Arithmetica Elementar apropriada ás escolas primarias” (O Espírito-Santense (ES), 10/04/1877, p. 1). De forma similar, procedeu na província de Pernambuco: “Um officio do inspector geral da instrucção publica pedindo parecer sobre o merecimento e conveniência da adopção do livrinho Syllabario Escolar, por M. M. Jardim” (Diario de Pernambuco (PE), 1879, ed. 000275, p.2).

E por fim, mas não menos importante, a terceira estratégia, a de doação de exemplares para os serviços de Instrução Primária das Províncias, e em menor escala para Sociedades Propagadoras de Instrução e Associações ligadas à educação.

Para a província do Ceará o envio de “200 exemplares do Syllabario escolar oferecidos por seu autor professor Miguel Maria Jardim” (O Cearense (CE), 16/11/1879, p.1); para a província do Piauí “doou 200 exemplares do Syllabario Escolar para o Piauí” (A Imprensa: periódico político (PI), 20/12/1879, p. 1); para a província de Goiás doou “200 exemplares do Syllabario Escolar” (Correio Official de Goyaz (GO), 03/12/1879, p. 2); para a província de Santa Catarina doou “140 exemplares do Syllabario escolar para ser distribuído pelas escolas publicas” (O Despertador (SC), 08/11/1879, p.1); para a província do Pará 1.000 exemplares (O Liberal (PA) 16/07/1879, p. 1); para a província do Paraná 1000 *syllabarios* (Dezenove de Dezembro (PR), 13/11/1879, p. 4).

Merece destaque a doação feita para a província do Rio de Janeiro e São Paulo, as maiores doações realizadas. No caso do Rio de Janeiro “O Governo Imperial agradeceu ao professor Miguel Maria Jardim a oferta, que fes, de 11.000 exemplares do Syllabario escolar por ele publicado, afim de serem distribuidos pelas escolas de instrucção primaria do Imperio” (Gazeta de Notícias (RJ) 27/10/1879, p. 1); e passados 10 anos, a doação de mais 100 exemplares (Gazeta de Notícias, 20/09/1888). Para a província de São Paulo, ofereceu também 11.000 *Syllabarios* (A Constituinte: orgam Liberal, 1879, ed. 00050); e em 1896 mais 10.000 exemplares (O Paiz, 25/03/1896).

O professor Jardim realizou ainda doações à *Sociedade Propagadora da Instrução Popular* “de 25 exemplares do Arithmetica Elementar, de Miguel Maria Jardim (Diario de S. Paulo, 30/05/1874, p.2); e para a *Casa de Assistencia de S. Luiz Gonzaga*, a doação de “100 exemplares de syllabario escolar” (Gazeta de Notícias (RJ), 20/09/1888, p.1).

Acerca da aquisição por parte das províncias dos livros do professor Jardim, cabe uma nova pesquisa, por ora foram localizadas informações de que a província de Pernambuco recebeu o envio por parte do Ministério do Império de “900 exemplares do Sillabario Escolar para serem distribuídos pelas escolas publicas de ensino primário” (Diario de Pernambuco (PE), 26/11/1879, p. 1); o mesmo aconteceu em Ouro Preto (MG): “...a que acompanharão 1.000 exemplares do Syllabario Escolar, publicado pelo Professor Miguel Maria Jardim e oferecidos para uso das escolas desta província pelo Exm. Sr. Conselheiro do Ministro do Imperio, a quem agradecemos a oferta” (A actualidade: órgão do Partido Liberal (MG), 15/01/1880, p. 1).

Sem dúvida, a estratégia de divulgação adotada pelo professor Miguel Maria Jardim favoreceu sua projeção nacional. No entanto, ainda carecemos de informações sobre a origem dos recursos para realizar tantas e tão expressivas doações. O que sabemos é que esta estratégia comercial fora adotada por outros autores do século XIX. Bittencourt (1993), em sua tese de doutorado, afirmou ser prática recorrente, “quando autores se encarregavam da publicação de seus próprios textos [...] enviar um exemplar aos jornais” (p. 114), e incorporar nas edições sequenciais dos livros, os elogios publicados na imprensa.

Cabe ainda destacar que o estudo de Boto, Rocha e Albuquerque (2024) sobre o ensino da leitura e escrita no século XIX identificou estratégia semelhante adotada por João Vicente Martins, bem como apresentou Abílio Cesar Borges, o Barão de Macahubas, como sendo um autor exemplar, quando a questão era a divulgação de seus próprios escritos. A disseminação do autor alcançou várias províncias, “uma vez que remetia exemplares a diferentes locais, o que ocasionava a compra de altas tiragens desses impressos pelos governos provinciais para que fossem distribuídos nas escolas” (p. 4). Outro autor apresentado é Antônio Pinheiro de Aguiar, autor do livro *Bacdafá ou methodo de leitura abreviada*, que teria aberto escolas “como um espaço para propagandear o método e [...] realizar exposições públicas para sua divulgação” (p. 5).

O Syllabario Escolar, de Miguel Maria Jardim

O *Syllabario Escolar*, tomado como objeto de estudo neste artigo, é uma publicação de 1878. Na capa consta o título, o nome do autor M. M. Jardim; logo abaixo a imagem representa três anjos lendo um manuscrito; o preço de 100 réis e a tipografia Imprensa Industrial, do Rio de Janeiro. Na página de rosto, aos dados da página de rosto (figura 1) é acrescida uma breve explicação acerca do método mnemonizado adotado pelo autor.

Figura 1 - Página de rosto do *Syllabario Escolar*

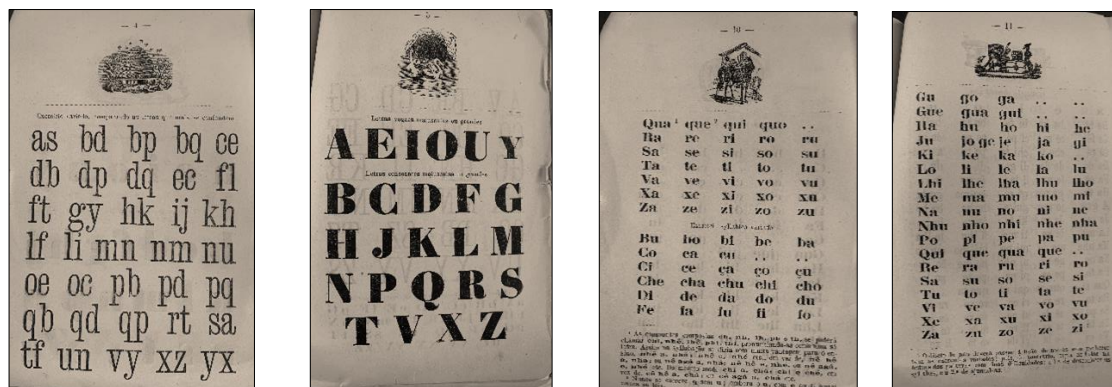


Fonte: Jardim, 1878, página de rosto.

Não há indicação de tiragem e nem prefácio. O livro é composto por 64 páginas, contendo ilustração (figura 2) em cada uma delas, muitas vezes sem nenhuma relação com o conteúdo ensinado, por exemplo, na página em que são apresentadas as letras minúsculas, a imagem é de uma colmeia, abelhas e flores (p. 4), ou ainda na página em que se apresentam as letras maiúsculas, um lago com dois cisnes. No entanto, é possível supor que, em algumas seções, haja uma correlação, como na página em que se propõe o exercício com sílabas variadas,

dentre eles o “co, ca, cu”, a imagem de um cavalo; a imagem de uma gôndola veneziana, na página em que se ensina o “gu, go, ga”. Em todo caso, sempre seria necessária a intervenção do professor para estabelecer estas correlações, ainda que no *Syllabario*, não apareça nenhuma orientação neste sentido.

Figura 2 - As ilustrações



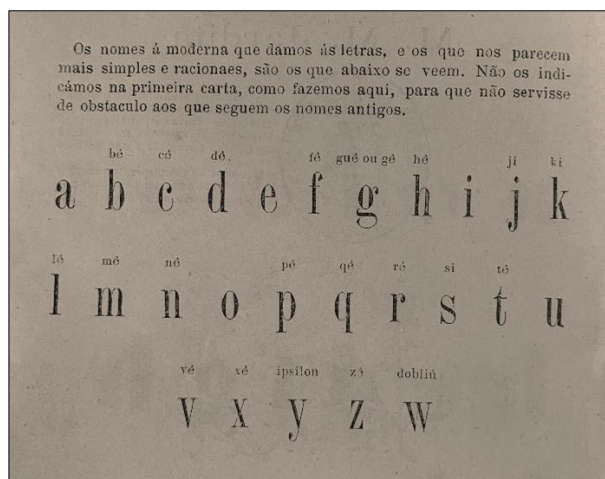
Fonte: Jardim, 1878, p. 4, 5,10, 11.

Para uma melhor compreensão da presença das ilustrações nos livros do século XIX recorreu-se ao capítulo de Bittencourt (2004) intitulado *Livros didáticos entre textos e imagens*. Segundo a autora, a história dos livros destinados à escolarização carrega a marca francesa nas ilustrações:

A presença francesa na produção dos livros brasileiros ocorreu por termos no baseado, durante muitos anos, nas propostas curriculares da França, mas também pela relação das casas editoras brasileiras com este país, sendo que a maior parte dos livros nacionais eram impressos em Paris até os anos 30 deste século (Bittencourt, 2004, p. 76).

Em sua pesquisa, Paulino (2019) afirma que ao longo do século XIX houve um incremento dos livros didáticos no Brasil, principalmente quando incorporados por livreiros-editores vindos de Portugal e da França com suas maquinarias e estilo de produção, mas também por autores que buscavam a editoração de suas obras diretamente na Europa. No caso de Miguel Maria Jardim, embora o *Syllabario* tenha sido publicado no Rio de Janeiro, é possível que tenha adquirido as ilustrações na Europa. Não há créditos, nem autoria, mas em uma das imagens do *Syllabario* são apresentadas duas palavras escritas em francês: *Plan* e *Geographie* (Jardim, 1878, p. 3).

O *Syllabario* inicia com a apresentação e identificação das letras pelos seus nomes (figura 3). Nesta página, o autor apresenta uma prescrição sobre como ensinar e nomear as letras: “Os nomes á moderna que damos ás letras, e os que nos parecem mais simples e racionais, são os que abaixo se veem. Não os indicámos na primeira carta, como fazemos aqui, para que não servisse de obstáculo aos que seguem os nomes antigos” (Jardim, 1878, p. 2).

Figura 3 - As letras do alfabeto

Fonte: Jardim, 1878, p.2.

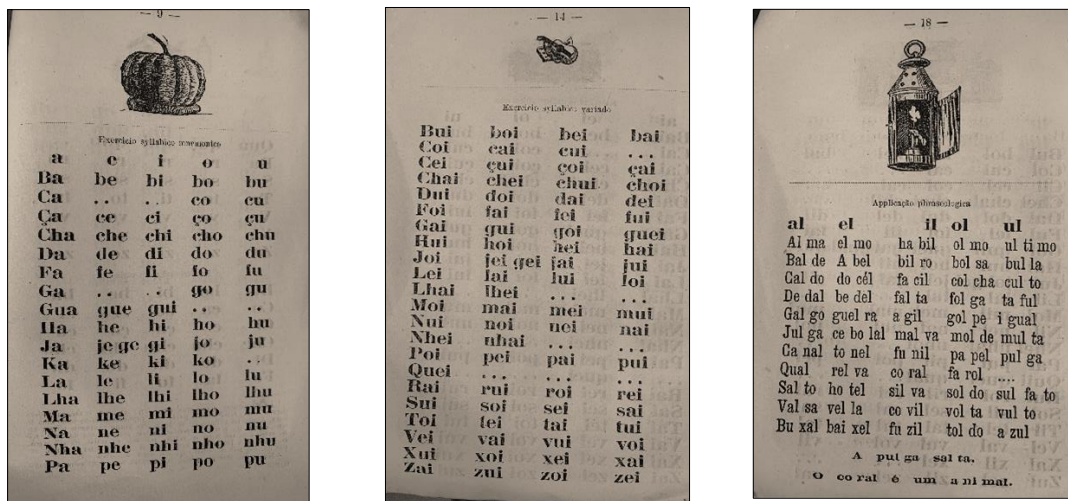
Entre as páginas 3 e 8, o autor apresenta vogais e consoantes minúsculas, maiúsculas, itálicas, manuscritas, redondas (forma), além da proposição de um exercício comparativo de letras que comumente são confundidas em sua aparência, como o a/s, b/d/, b/p, entre tantas outras (ver a primeira imagem da Figura 2).

O autor propõe orientações aos professores sobre como ensinar a “carreira” (Jardim, 1878, p. 8) de sílabas por meio da vocalização das sílabas auxiliada por palmas, conforme esquema apresentado a seguir:

Bater com o som da primeira letra sobre as outras.
 Assim, tendo-se, por exemplo, de ensinar a carreira do tê a, ta: dir-se-ia:
 Batendo com **tê** sobre o **a**, faz **ta**.
 Batendo com **tê** sobre o **e**, faz **te**.
 Batendo com **tê** sobre o **i**, faz **ti**.
 Batendo com **tê** sobre o **o**, faz **to**.
 Batendo com **tê** sobre o **u**, faz **tu**.
 (Jardim, 1878, p. 8).

Este mesmo procedimento, de acordo com o autor, deveria ser adotado para ensinar qualquer letra, até “que o menino atine com o modo de ligar o som de duas ou mais letras” (p. 8). Dando continuidade, há várias combinações de sílabas iniciadas com as vogais em associação com as letras “b, c, ç, ch, d, f, g, gu, h, j, k, l, lh, m, n, nh, p, qu, r, s, t, v, x, z”, finalizando com a apresentação das famílias silábicas, como exemplo “bi, ba, be, bu, bo”. Todas as letras são apresentadas em letra de forma minúscula, e a partir desta fase o material está estruturado em três exercícios (figura 4) que se repetirão ao longo de todo o livro. O primeiro, denominado *exercício syllabico mnemônico*, consiste na apresentação das sílabas, as quais os alunos deveriam conhecer muito bem antes de passarem ao próximo exercício. O segundo exercício *syllabico* variado consiste na mudança de sequência das sílabas, que ao invés de seguir sempre a estrutura da consoante + a, consoante + e, consoante + i, consoante + o, consoante + u, as inverte, por exemplo, “bu, bo, bi, be, ba”; “na, nu, no, ni, ne”. O terceiro exercício é *aplicação phraseologica* que consiste na junção de duas sílabas conhecidas que formam uma palavra. As sílabas são apresentadas em letra de forma, maiúsculas e minúsculas separadas entre si.

Figura 4 - Exercício silábico mnemônico, exercício silábico variado e aplicação fraseológica

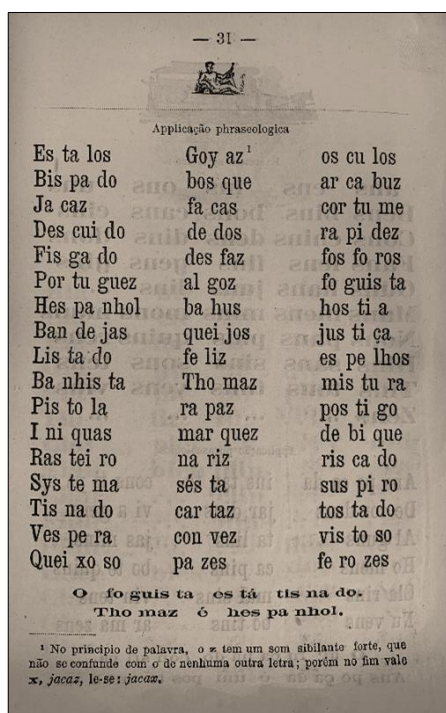


Fonte: Jardim, 1878, p. 9, 14, 18.

Na sequência, apresenta a combinação de sílabas formadas por encontros vocálicos com “ai, ei, oi, ui”; depois, sílabas formadas a partir de ‘al, el, il, ol, ul. A estrutura permanece a mesma, ou seja, exercício mnemônico, seguido de silábico variado e finalmente a aplicação fraseológica, acrescidos a partir de agora com frases simples: “Beije papai. É quase noite!” (Jardim, 1878, p. 15); “A pulga salta. O coral é um animal” (Jardim, 1878, p. 18).

Em continuidade e seguindo a mesma sequência de exercícios, Jardim apresenta sílabas compostas por três letras, a partir do “am, em, im, om, um; an, en, in, on, un; ar, er, ir, or, ur; as, es, is, os, us; az, ez, iz, oz, uz”. Merece destaque, que no exercício de aplicação há uma retomada de sílabas aprendidas anteriormente (Figura 5).

Figura 5 - Exercício de aplicação fraseológica



Fonte: Jardim, 1878, p. 31.

As próximas páginas contemplam os encontros consonantais, como *ans, ens, ins, ons*; os encontros com *bl, cl, dl, etc; br, cr, dr, etc* com a formação de sílabas compostas por quatro letras, como *bras, dral, frui, gram, trem, frar, gras, pris*. Embora a sequência dos exercícios permaneça a mesma, a dificuldade paulatinamente aumenta, por meio de um acréscimo de palavras e frases formadas (Figura 6):

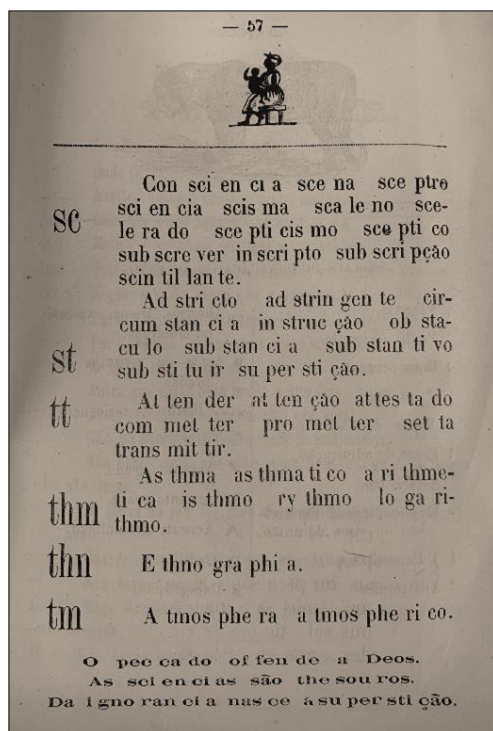
Figura 6 - Exercício silábico variado



Fonte: Jardim, 1878, p. 41.

Nas próximas páginas, Jardim apresenta o uso do *ph* (com som de *f*); do *th* (com som de *t*); os ditongos orais *ai, ei, eu, ou, áo, eo, io*; os ditongos nasais *âi, ão*; e a vogal nasal *ã*, complexificando a aplicação fraseológica. Entre as páginas 52 e 58, Miguel Maria Jardim apresenta as consoantes dobradas e compostas *bb, bd, cc, dd, dh, ff, gg, gm, gn, ll, mm, mn, nn, pp, pç, pn, os, pt, rr, rh, ss, sc, st, tt, thm, thn, tm*; e uma seção para os sinais de pontuação e acentuação. Como foram deixadas para o final, provavelmente foram consideradas pelo autor como mais difíceis de se aprender e memorizar (Figura 7).

Figura 7 - Exercícios com consoantes dobradas e compostas



Fonte: Jardim, 1878, p. 57.

Nas últimas páginas, o autor apresenta conselhos compostos por frases maiores, afinal, esperava-se que o aluno, neste ponto, já soubesse escrever. As frases são organizadas em cinco tipos de textos. O primeiro denominado *Adagios portugueses*, ou seja, frases da sabedoria popular, como “Cada um colhe segundo semeia”, “Não serás amado se de ti só tens cuidado” (Jardim, 1878, p. 59); o segundo retirado de um dos livros da Bíblia chamado *Provérbios de Salomão*, “A resposta branda quebra a ira; a palavra dura suscita o furor” (Jardim, 1878, p. 60); o terceiro *Conselhos* do autor para os jovens leitores: “Tende em horror a calúnia e a vingança” (Jardim, 1878, p. 61); o quarto denominado *Máximas*: “A preguiça gasta a vida como a ferrugem consome o ferro” (Jardim, 1878, p. 62); e por fim, *Moral*: “O homem deve adorar a Deus, que o criou; amar, obedecer e respeitar a seus pais, que lhe derão a vida; atender e considerar os superiores, por seus merecimentos e cargos; venerar os sacerdotes e a velhice...” (Jardim, 1878, p. 63).

Cabem dois comentários sobre as precauções do autor. A primeira de ordem técnica é o cuidado do autor em alternar o tipo de letra nesta parte final do *Syllabario*: maiúscula e minúscula, letra de forma, letra itálica e letra cursiva. E o segundo comentário é de ordem formativa, por meio de seus conselhos, ainda que denominado de cinco modos diversos, Miguel Maria Jardim procura moldar seu jovem leitor a se tornar um sujeito obediente aos pais, aos superiores, e aqui pode-se incluir professores e patrões, autoridades civis e militares, porque antes de tudo, espera-se desse leitor que adore a Deus, que busque nas Escrituras Sagradas, como o livro *Provérbios*, ensinamentos para a sua vida. Não passa despercebido, que a imagem da penúltima página é o símbolo da maçonaria, composto pela régua, compasso e estrela de Davi. Seria mais um conselho para que o recém-habilitado leitor se guiasse pelo pensamento e raciocínio, seguindo sempre por caminhos retos e honestos sob a proteção de Deus? Seria um convite para um dia conhecer a maçonaria? Seria uma forma de dar a ver seu pertencimento à maçonaria e, assim, ser adotado pelos “irmãos” maçons? Ou ainda, a expressão de reconhecimento pelo patrocínio recebido? (Se é que o foi).

Entre novos e renomados: algumas considerações finais

Ainda que bastante difundido pelo autor, por meio de suas estratégias de doação, o *Syllabario Escolar* não consta como um livro de expressiva circulação. Um indício é o *Registro de compras de materiais escolares* do Governo do Estado de São Paulo de 1898, que apresenta uma lista em que figuram autores de expressiva circulação da *Casa Alves e Companhia*, como Köpke, Ribeiro, Galhardo e o italiano De Amicis.

Tabela 1 - Registro de compras de materiais escolares – 1889

Autor	Título	Quantidade
João Köpke	Primeiro Livro de Leitura	460
João Köpke	Segundo Livro de Leitura	230
João Köpke	Terceiro Livro de Leitura	100
Hilário Ribeiro	Cartilha Nacional	24
Thomas Galhardo	Cartilha da Infância	100
Edmondo De Amicis	Coração	140

Fonte: Registro de compras de materiais escolares, 1889, APESP, E02150.

Amâncio e Cardoso (2006) apresentam um levantamento sobre cartilhas que circularam no Mato Grosso entre 1912 e 1932, com destaque para *Cartilha das Mães* e *Cartilha Analítica*, ambas de Arnaldo Barreto; *Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro; *Cartilha Ensino-Rápido da Leitura* e *Nova Cartilha Analítico-Sintética*, ambas de Mariano de Oliveira; *Meu Livro*, de Theodoro de Moraes.

Em texto intitulado *A circulação dos livros de leitura como cultura material escolar na institucionalização da escola primária: Maranhão, São Paulo e Sergipe na primeira metade do século XX*, Castellanos, Panizzolo e Freitas (2015) indicam que em Sergipe, no início do século XX, o jornal *Correio de Aracaju* (1908) noticiou a remessa de livros produzidos por autores paulistas e de outros Estados, comercializados em Aracaju, pela *Livraria Brasileira*:

A Livraria Brasileira acaba de receber variado sortimento de livros para instrução primaria, todos adoptados em São Paulo e outros estados do Sul. São Livros que merecem bem o fim a que se destinam e com certeza o professor não os recusará em sua aula. 1º, 2º e 3º livros de Leitura de Arnaldo Barreto e R. Puiggari a 1\$500; 2\$000 e 2\$500; 1º, 2, 3º, 4º e 5º Livros de Leitura de João Cöpke (série Rangel Pestana) a 1\$500; 2\$000 (2º e 3º), 3\$000 e 4\$000; Livro de exercícios de João Ribeiro, organizados para servirem no curso elementar primario da Grammatica Portuguesa do auctor, 1\$200; Leitura Manuscrita, por B.P.R, 1\$500; Cartilha das Mães, por Arnaldo Barreto (primeiras letras, 1\$000); Cartilha Infantil por Arthur Thiré, \$500. Arithmetica dos Principiantes, por Arthur Thiré, 1\$500; Geographia Elementar, por Arthur Thiré, 2\$000; Minha primeira viagem à volta ao mundo, com 222 gravuras, traduzido por Carlos de Laet, de leitura fácil e instructiva, 3\$500. Também temos sortimento de todos os livros para a instrução primaria e secundaria adoptados neste Estado. Fazemos grandes redução aos srs. Revendedores. Rua da Aurora, 65 (Correio de Aracaju, 13/02/1908).

No que se refere ao Maranhão, uma Portaria publicada em 1911 determinava os exemplares aprovados para serem adotados nas escolas maranhenses, entre eles:

a *Cartilha Analytica*, de Arnaldo Barreto, para a iniciação da leitura no primeiro ano; o *1º e 2º Livro de leitura*, de João Köpke, para o segundo, e o *3º Livro de leitura* (do mesmo autor) e o *3º Livro* de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, para o terceiro; já para o quarto ano, o *4º Livro*, de Felisberto Carvalho e o *4º Livro*, de Köpke; para o quinto o *Florilégio Contemporâneo* (deste autor) e a *História da América*, de Rocha Pombo; indicando para o sexto ano, a *Antologia Nacional*, de F. Barreto e Carlos Laet (Castellanos, Panizzolo, Freitas, 2015, p. 393-394).

Ainda que mereça um aprofundamento, ao que parece, Miguel Maria Jardim não logrou êxito em figurar na lista dos livros mais adotados em fins do século XIX e início do XX para ensinar a ler. O *Syllabario* de Jardim é um exemplar do método sintético, cujo princípio organizativo⁹ é o método alfabético, que consistia em apresentar partes mínimas da escrita, as letras do alfabeto, que, ao se juntarem umas às outras, formavam as sílabas que dariam origem às palavras. Segundo Frade (2005) “os aprendizes, primeiro, deveriam decorar o alfabeto, letra por letra, para encontrar as partes que formariam a sílaba ou outro segmento da palavra” (p. 23) e somente depois de um tempo é que viriam a entender que essas sílabas poderiam se transformar em palavra. Outra característica bastante utilizada era o procedimento de soletração, que gerava exaustivos exercícios de “cantilenas”, ou seja, cantorias com os nomes das letras e suas combinações, e o treino repetitivo com possíveis combinações de letras em silabários.

O *Syllabario Escolar*, publicado em 1878 propunha exatamente o descrito acima, em uma época de acirradas disputas entre os partidários do então novo método de ensino da leitura — baseado na palavrção e representado pela *Cartilha Maternal de João de Deus* e os partidários dos tradicionais métodos sintéticos, pela soletração e silabação, em que se baseiam, por exemplo, as primeiras cartilhas produzidas por João Köpke¹⁰, que aparecem nas listas como as mais adotadas.

O Professor Miguel Maria Jardim, que dedicou a maior parte de sua produção didática ao ensino da matemática, ao propor o *Syllabario* provavelmente enfrentou bastante resistência dos adeptos do novo método baseado na palavrção para ensinar a ler, que circulava no Brasil, desde o final da década de 1870, principalmente nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como dos que apreciavam o método sintético, pela soletração e silabação, mas que optavam pelos nomes consagrados como João Köpke, Hilário Ribeiro e Thomaz Gualhardo.

O estudo sobre o *Syllabario* de Miguel Maria Jardim permitiu a compreensão de um aspecto da história da leitura, da escrita e da alfabetização que além da sala de aula, aponta para estratégias de institucionalização do livro escolar, de divulgação e do fazer de um professor-autor, ao mesmo tempo, em que convida para outros aprofundamentos e desdobramentos.

⁹ De acordo com Frade (2005) “nos métodos sintéticos, temos a eleição de princípios organizativos diferenciados, que privilegiam as correspondências fonográficas. Essa tendência compreende o método alfabético, que toma como unidade a letra; o método fônico, que toma como unidade o fonema; o método silábico, que toma como unidade um segmento fonológico mais facilmente pronunciável, que é a sílaba. A disputa sobre qual unidade de análise a ser considerada — a letra, o fonema ou a sílaba —, é que deu o tom das diferenciações em torno das correspondências fonográficas. Para esse conjunto de métodos denominados sintéticos, propõe-se um distanciamento da situação de uso e do significado, para a promoção de estratégias de análise do sistema de escrita” (p. 22).

¹⁰ A este respeito consultar Panizzolo (2024) O método rápido para aprender a ler de João Köpke e as polêmicas em torno da soletração, silabação e palavrção (1874-1879)

Referências

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Circulação de cartilhas em Mato Grosso e o caso de Ada e Edu. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. (orgs.) *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/ RS/ MT — séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG, p. 191-222, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, p.69-90, 2004,

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BOTO, Carlota.; ROCHA, Juliano Guerra.; ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. João Vicente Martins e o ensino da leitura e da escrita para crianças no Brasil do século XIX. *História da Educação*, Santa Maria, v.28, e133542, p.1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/133542.en>.

CASTANHA, André Paulo.; BITTAR, Marisa. O papel dos professores na formação social brasileira: 1827-1889. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n.34, p.37-61, jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i34.8639578>.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velasquez; PANIZZOLO, Claudia; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. A circulação dos livros de leitura como cultura material escolar na institucionalização da escola primária: Maranhão, São Paulo e Sergipe na primeira metade do século XX. In: SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho *História da Escola Primária no Brasil*, investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, p. 387-470, 2015.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER. Roger. *Leituras e leitores na França do antigo regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHOPPIN, Allain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, v.6, n.11, p.5-24, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596/pdf>. Acesso:18 nov. 2024.

ECAR, Ariadne Lopes. *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”*: a formação na escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915), 281f. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FEITOSA, Rosiane Morais Santos.; SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. Miguel Maria Jardim: a constituição da trajetória de um professor-autor. *Zetetike*, Campinas, v. 27, p. e019016, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/zet.v27i0.8654287>.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Uma genealogia dos impressos para o ensino da escrita no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n.44, p.264-281, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200005>.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores*. Belo Horizonte: Centro de alfabetização, leitura e escrita - Ceale: FAE/ UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Catia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. *Cadernos Cedes*, Campinas, v.20, p.25-40, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000300003>.

PANIZZOLO, Claudia. *João Köpke e a escola republicana: criador de leituras, escritor da modernidade*. Tese de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAULINO, Alessandra Secundo. *Um mundo de pura manifestação dos sentimentos: a trajetória de Francisco Vianna e a representação de infância em suas obras (1876- 1935)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

SILVA, Danielly Cardoso da S.; OLIVEIRA, Elis Regina da Silva. Miguel Maria Jardim (1841-1925). In: VALDEZ, Diane. et alii (orgs). *Dicionário de autoras(es) de cartilhas e livros de leitura no Brasil [Século XIX]*. Goiânia: Cegraf UFG, p. 738-746, 2023.

TAMBARA, Elomar. Textos de leitura nas escolas de ensino elementar no século XIX no Brasil. In: PERES, Eliane., TAMBARA, Elomar. (orgs). *Livros escolares e o ensino da leitura e da escrita no Brasil (séc. XIX-XX)*. Pelotas: Seiva, p. 95-116, 2003.

VALDEZ, Diane et alii. Virtudes, instrução e diversão: a infância no primeiro livro de leitura, de Felisberto de Carvalho (1982). *Pro-posições*, Campinas, v.16, n.1, p.167-193, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643764>. Acesso em: 14 nov. 2024.

VOJNIAK, Fernando. O Império das primeiras letras: epítome de uma história de cartilhas de alfabetização no século XIX. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v.3, n.1, p.23-37, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v3n1a2014-27680>.

Fontes

A ACTUALIDADE, órgão do Partido Liberal (MG), 15 jan. 1880. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A CONSTITUINTE: orgam liberal (SP), 12 mai. 1880. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A IMPRENSA, periódico político (PI), 20/12/1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A INSTRUCÇÃO PUBLICA: publicação hebdomadaria (RJ), ed. 00014, p. 115, 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A INSTRUCÇÃO PUBLICA: publicação hebdomadaria (RJ), ed. 00026, p. 227, 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A INSTRUCÇÃO PUBLICA: publicação hebdomadaria (RJ), ed. 00012, p. 95, 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A PATRIA: folha da província do Rio de Janeiro, 23 jun. 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A PATRIA: folha da província do Rio de Janeiro, 30 jul. 1874. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A REFORMA: órgão democrático (RJ), 06 nov. 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A REFORMA: órgão democrático (RJ), 09 nov. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A REFORMA: órgão democrático (RJ), 27 mai. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

A REFORMA: órgão democrático (RJ), 27 mai. 1887. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, ed. 0004, p. 231, 1867. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, ed. 0026, p. 53, 1869. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, ed. 0029, p. 55, 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, ed. C00040, p. 425, 1883. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira (RJ), ed. 00009, p. 279. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 71-73, 1878.

CORREIO DE ARACAJU, 1908. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, 03 dez. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

CORREIO PAULISTANO, 19 fev. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DEZENOVE DE DEZEMBRO, 13 nov. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE BELEM: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 24 abr. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE BELEM: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 29 abr. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE BELEM: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 30 abr. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE BELEM: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 25 abr. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE MINAS, 18 fev. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE NOTÍCIAS, ed. 001, p. 277, 1881. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO (PE), 26 nov. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO (PE), 29 jan. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE S. PAULO (SP), 19 fev. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DE S. PAULO (SP), 30 mai. 1874. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DO MARANHÃO (MA), 07 jul. 1884. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ), 02 mai. 1865. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ), 09 fev. 1867. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ), 10 ago. 1875. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ), 15 dez. 1868. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ), 16 out. 1874. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ), 20 jun. 1876. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2024.

GAZETA DE CAMPINAS, 27 fev. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 20 set. 1888. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 27 out. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JARDIM, Miguel Maria. *Syllabario Escolar*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1879.

JORNAL DO BRASIL (RJ), 01 jun. 1893. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO BRASIL (RJ), 07 jun. 1893. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 01 nov. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 09 nov. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 10 nov. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 21 jun. 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 23 out. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 24 set. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 24 out. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 26 mai. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 27 set. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 30 dez. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 31 out. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO, 15 out. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 out. 2024.

O CEARENSE (CE), 06 ago. 1880. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O CEARENSE (CE), 16 abr. 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O CEARENSE (CE), 16 nov. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O COMBATE (RJ), 21 abr. 1892. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O CONSERVADOR (RJ), 22 dez. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O CRUZEIRO (RJ), 15 abr. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O CRUZEIRO (RJ), 16 nov. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O CRUZEIRO (RJ), 17 abr. 1878. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O DESPERTADOR (SC), 08 nov. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O DESPERTADOR (SC), 15 abr. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O DIA, órgão do Partido Republicano Catharinense (SC), 22 set. 1901. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O ESPÍRITO-SANTENSE (ES), 02 jun. 1880. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O FLUMINENSE (RJ), 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O FLUMINENSE (RJ), 06 dez. 1882. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O FLUMINENSE (RJ), 22 jul. 1883. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O FLUMINENSE (RJ), 24 dez. 1880. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O FLUMINENSE (RJ), 28 jan. 1883. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O FLUMINENSE, 30 mar. 1883. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O LIBERAL (PA), 16 jul. 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O PAIZ (SP), 25 mar. 1896. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O PAIZ (SP), 25 mai. 1880. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O PAIZ (SP), 31 jan. 1896. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

O RIO DE JANEIRO (RJ), 28 ago. 1886. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2024.

PROVÍNCIA do Rio de Janeiro. Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 30 de abril de 1862. In: *Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Cosmopolita, p. 43-73, 1873.

PROVÍNCIA do Rio de Janeiro. Lei n. 1 de 2 de janeiro de 1837. Dá Regulamento a Instrução Primária na Província do Rio de Janeiro. In: *Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro desde 1835*. Niterói: Tipografia Niterói, p. 293-300, 1839.

REGISTRO DE COMPRAS DE MATERIAIS ESCOLARES, APESP, E02150, 1889.